

MALAMUD, CARLOS. *HISTORIA DE AMÉRICA*. 2 ED. MADRID:
ALIANZA EDITORIAL, 2007 (1ª EDIÇÃO: 2005)

Paola Novaes Ramos⁸⁰

O livro *Historia de América* é um bom material para fornecer informações empíricas sobre os países das Américas, em especial a América espanhola. Trata-se de uma fonte de conhecimento sobre fatos, com pouca interpretação explícita da história do continente. De fato, trata-se de um livro de história, e não de ciências sociais, e desta forma, o conhecimento ali apresentado é necessário, porém não suficiente, para se ter uma visão das Américas, mas é um bom ponto de partida para estudos comparados, principalmente para alunos de graduação.

Carlos Malamud escreve *Historia de América* a partir de sua perspectiva de dupla nacionalidade, argentina e espanhola, e desenvolve os conteúdos do livro de forma panorâmica, em uma abordagem já tradicionalmente explorada pelos historiadores e cientistas sociais e políticos em várias etapas do século XIX em diante. O intuito do autor é anteciper os contextos de bicentenário das independências da grande maioria dos estados hispanoamericanos na forma de repúblicas (com exceção de Haiti, cuja independência da França ocorreu em 1804, e cujas conjunturas políticas não permitiram comemoração em 2004, e Cuba, cuja independência ocorreu apenas em 1898, além do Brasil, não mencionado no prefácio do autor, mas com um capítulo dedicado apenas a essa questão, que consolidou sua independência também na década de 20 do século XIX na forma de monarquia imperial).

O livro de Malamud, historiador por formação e atuação profissional, é emblemático para as ciências sociais por dois motivos (ambos, no fundo, de natureza epistemológica). O primeiro, por escrever sobre a história das Américas de forma panorâmica, e conseguir realizar esse propósito de maneira clara e precisa (embora, em muitas passagens, de forma excessivamente sintética), demonstrando conhecimento apurado sobre cada conteúdo histórico

80 Mestre em Ciência Política pelo IPOL-UnB, doutoranda em Ciências Sociais pelo CEPPAC-UnB.

mencionado. Tal fornecimento de informações e conhecimento é fundamental para aqueles que, dentro das ciências sociais, têm como objetivo partir dos fatos históricos para sofisticar e lapidar as teorias sociais dentro de seu campo. O segundo motivo é que o livro demonstra claramente como boa parte da academia segue ainda com olhares eurocêntricos ao analisar as Américas. No que se refere às presenças européias e especificamente ibéricas nas Américas, tanto no que diz respeito à forma de se relatar os acontecimentos quanto pela escolha de termos e vocabulários para descrever conteúdos históricos, as análises sobre os caminhos e rumos das nações americanas tendem ao eurocentrismo, tanto por autores marxistas quanto por conservadores. Malamud, fiel à tradição descritiva da história, demonstra conhecer o trabalho de arqueólogos e antropólogos (estes últimos, denominados por ele de marxistas ou não), mas posiciona-se em um campo de análise que interpreta os fatos de forma mais institucional do que qualquer outra. Embora tal postura não retire o mérito do livro, questões como economia e religião, por exemplo, são observadas de maneira tradicionalmente colonizadora, e para a epistemologia das ciências sociais, trata-se antes de um exemplo típico que descreve o atual estado da arte das produções acadêmicas sobre as Américas, do que algo inovador. Mesmo a partir da leitura de muitas descobertas antropológicas e arqueológicas, e tais informações são realmente abundantes no livro de Malamud, as interpretações e os tipos de compreensão dos fatos são ainda extremamente pautados pelo *ethos* de herança européia quando se analisa ou mesmo descreve os caminhos percorridos pelas realidades sociais das Américas, com foco no capitalismo e nos Estados Nacionais, tanto na Europa quanto nas ex-colônias. Tal visão demonstra-se, na obra de Malamud, ainda tão hegemônica nas produções intelectuais das humanidades quanto foi ao longo do século XIX e do século XX.

A primeira parte do livro trata dos antecedentes pré-colombianos das Américas. A segunda parte trata do período colonial e finaliza-se com as independências, sendo essa segunda parte a mais detalhada do livro, com ênfase na Hispanoamérica e no império Espanhol. Brasil, Estados Unidos e Canadá são contemplados com capítulos à parte, com descrições precisas e sintéticas, embora a maior parte do livro seja, de fato, dedicada aos países herdeiros da Espanha. A terceira e última parte trata da América Latina

contemporânea, buscando agregar os países em possíveis denominadores comuns, e aproximando-se mais do pólo de unidade do que o de diversidade onde o livro navegou a maior parte do tempo, nas partes 1 e 2. Este caminho descritivo escolhido pelo autor organiza uma narrativa de inúmeros conteúdos em um movimento que começa na descrição diversidade inicial das Américas, passa para uma leitura mais detalhada das colônias (com ênfase nas relações do império espanhol com nativos e sua atuação política, econômica, demográfica e territorial, mas também contemplando o Brasil, em maior detalhe, o Caribe, o Canadá e os Estados Unidos) e segue para uma análise de acontecimentos comuns em cada país independente da América Latina contemporânea (independências, industrializações, republicanismo, autoritarismo, democratização). Tal escolha acadêmica revela, novamente, uma tentativa de se organizar o pensamento ao redor de conceitos e realidades relevantes para o imaginário acadêmico de inspiração europeia, sem levar muito em conta outras possíveis formas de observação da realidade, como a atual situação dos indígenas e dos negros e descendentes, a não ser que sejam mencionados dentro do grande escopo de instituições políticas tradicionais de Estado, como os partidos políticos e, como o autor denominou, “la izquierda insurreccional”.

Do ponto de vista dos conteúdos, o autor busca analisar as semelhanças entre Europa e Américas. Em sua narrativa, a Espanha tem língua, cultura e história em comum com os países hispanoamericanos, e disso decorre um sentimento de pertencimento. A narrativa, tanto dos contextos anteriores quanto posteriores às independências, gira em torno do nascimento de nove repúblicas hispanoamericanas no início do século XIX e como tal fato deixou a marca de formatos políticos europeus com conteúdos ibéricos nas Américas. A lógica do constitucionalismo, da cidadania e da democracia eleitoral, pelo menos do ponto de vista formal, instalou-se nos países hispanoamericanos, e é essa ênfase no passado em comum dos dois continentes que marca a obra. Para descrever os acontecimentos, o autor não descarta o vocabulário eurocêntrico, como “descobrimento” e “conquista” das Américas, tomando o que é hegemônico (a presença europeia e ibérica na Hispanoamérica) como totalidade (as várias realidades dos atuais estados nacionais iberoamericanos). Apesar de mencionar a ocidentalização e a evangelização dos povos nativos,

ou “povos originários”, na linguagem do livro, Malamud considera tais conceitos exagerados que defendem os oprimidos e afirma que, antes da chegada dos europeus no século XV, muitos dos denominados “povos nativos” eram invasores de terras e culturas entre si (embora não aplique o mesmo julgamento aos europeus que desembarcaram nas Américas, e com isso desconsidere o tempo de presenças arqueológicas e relativize de forma questionável o conceito de “invasores”). Nesse sentido, utiliza uma linguagem que favorece a presença européia no continente, apontando mais pontos positivos que negativos sobre “povos refratários a incorporar valores, usos e costumes de uma cultura diferente” (Malamud, 2007, p. 12).

No decorrer do livro, nota-se que o autor preocupa-se em descrever a história do contato entre culturas separadas pelo Oceano Atlântico para finalmente desaguar na contemporaneidade e no significado da democracia eleitoral e do republicanismo para países latino-americanos. Há um grande mérito acadêmico em partir de um ponto tão longínquo na história para se chegar aos dias de hoje. Ao explicar a Hispanoamérica, aponta para a oscilação entre unidade e diversidade e para a dificuldade de se generalizar as realidades geradas a partir desse contato. O fato é que formatos políticos de estados nacionais e instituições políticas e econômicas de origem européia estabeleceram-se desde então, mas a diversidade que existe nas realidades materiais e históricas das Américas não pode ser generalizada de forma tão simples. O próprio Malamud afirma que a expressão “encontro de dois mundos”, sugerida em 1992 nos debates sobre os quinhentos anos do desembarque de Colombo nas terras Taino, é inadequada para substituir a idéia de “descobrimto das Américas”, pois muitos mundos territoriais, étnicos, culturais e linguísticos encontram-se a partir deste contato, e não apenas dois. Ao interpretar este fato, Malamud atribui aos europeus uma unidade valorativa e cultural, embora não linguística, muito maior do que qualquer possível unidade dos mundos ameríndios pré-colombianos, cuja pluralidade expressava-se em milhares de culturas desde o Alaska até a Terra do Fogo. De forma controversa, Malamud afirma que nem as sociedades sob domínio dos maias, astecas, moches, chimus e incas conseguiram o grau de unidade que os europeus forjaram a partir do império romano. A figura do índio, ou indígena, ou ameríndio, é adequadamente concebida no livro como

uma invenção européia que homogeneiza as pessoas e grupos sociais das Américas. No decorrer do livro, Malamud de fato aponta para as múltiplas raízes indígenas que não foram apagadas pela presença de impérios europeus nas Américas, e afirma que a diversidade do continente, sobretudo do ponto de vista geográfico, interferiu na ocupação territorial e impediu acessos europeus a muitas culturas até o presente. A perspectiva de arqueólogos, antropólogos e mesmo de historiadores, embora reconhecidas como importantes, não definem as perspectivas políticas e econômicas adotadas no livro, e tampouco os imaginários da maioria dos acadêmicos como Malamud e dos povos constitucionais das Américas e da Europa.

O formato institucional de origem européia e seu desenvolvimento tecnológico tende ainda a moldar as formas de enxergar realidades hegemônicas de Estados Nacionais antes mercantis e atualmente industriais nas Américas, utilizando as definições de Elias (2001). Ainda que a realidade não seja a totalidade homogênea visada por tais formatos universalizantes de origem européia, ela recebe constantemente tal interpretação, tanto legalmente quanto, em muitas obras, academicamente, inclusive por parte de autores com trabalhos acadêmicos pretensamente mais descritivos do que declaradamente interpretativos.

Um dos maiores méritos do livro de Malamud parece ser a hábil descrição do que já foi inúmeras vezes descrito, de forma panorâmica, ao tratar das realidades de todos os países das Américas, ainda que priorize uns em relações aos outros (o que faz sentido, dentro da perspectiva hispanoamericana do livro). O uso de generalizações conceituais, embora não problematizado e tomado como um dado da produção de conhecimento, acaba sendo necessário para abranger os diversos conteúdos das histórias de todas as diferentes localidades tais como são concebidas atualmente (na forma de estados nacionais e tudo que a existência deles implica, principalmente as formas econômicas e valorativas que os sustentam). Exemplos disso são a consideração cuidadosa da questão demográfica e da diversidade territorial ao longo da narrativa, bem como os critérios políticos e sociológicos de população (com especial cuidado quanto aos números, à composição, ao aumento e diminuição de segmentos da população, às questões de miscigenação e problemas epidemiológicos que devastaram e extinguiram muitas populações das Américas), território

(com atenção à administração de fronteiras e deslocamento populacional) e soberania, finalizando com a independência e a forma como os países conduziram-se após tais eventos.

Dentro de uma proposta panorâmica tanto temporal quanto territorialmente, o autor fornece muitas informações detalhadas em suas descrições, embora raramente ou quase nunca pontue as fontes de dados estatísticos no corpo do texto, ou mesmo no contraste de teses e interpretações acerca de conteúdos não consensuais (como a demografia das Américas pré-colombianas e interpretações sobre a conduta dos europeus nas Américas na época colonial, ou ainda sobre as transições de ditaduras para democracias em diferentes países na segunda metade do século XX). Em síntese, para uma visão global da história das Américas, com ênfase na Iberoamérica, o livro é uma rica fonte de informações detalhadas e precisas, produzidas a partir de conhecimento profundo sobre cada tema. Não se deve esperar, contudo, uma visão sociológica ou marcos teóricos definidos na narrativa de Malamud, e embora essa não seja a proposta do livro, trata-se de uma referência útil para pesquisas comparadas sobre o continente americano.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2003.
- DIAMOND, Jared. *Guns, Germs and Steel: a short history of everybody for the last 13.000 years*. Londres: Vintage Publishings, 2005.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- RAMÍREZ, Susan Elizabeth. *El Mundo al Revés: contactos y conflictos transculturales en el Perú del siglo XVI*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, Fondo Editorial, 2002.
- ROSTWOROWSKI, María de Diez Canseco. *Historia del Tahuantinsuyu*. Lima: IEP ediciones, 1988.